

GDF diz que 1980 vai ser o ano da desburocratização

Agilização e simplificação de serviços são as metas para melhor atendimento ao usuário

Agilizar, humanizar, desburocratizar. Estas são as ações imediatas a serem implantadas este ano pelo Governo do Distrito Federal em sua área administrativa, com o objetivo de facilitar tanto a vida do funcionário como do usuário dos serviços públicos.

Como declarou o secretário de Administração, José Antônio Arocha da Cunha, "este ano vai ser o ano da desburocratização, não em termos de colocar as coisas no papel, mas de facilitar o atendimento do usuário nos serviços públicos".

Assim, dentro daqueles três princípios básicos das metas traçadas pelo GDF, a Secretaria de Administração terá a seu encargo a tarefa de promover a eficácia do sistema funcional, observando, desde já, as seguintes áreas de atuação:

PESSOAL: 1) iniciar a ascensão funcional dos funcionários incluídos no Plano de Classificação de Cargos. "Já iniciamos a primeira, agora, com os inspetores sanitários. Pretendemos dinamizar neste primeiro trimestre, dando oportunidade a todos os funcionários que tenham possibilidade para galgarem novos postos, concorrerem através de uma prova, ao concurso interno", diz o secretário, exemplificando, "o datilógrafo que fez o curso de Medicina poderá concorrer, desde que haja vagas para médicos. Já levantamos todos os casos existentes e agora em fevereiro, nós vamos soltar umas 10 ou 15 ascensões. Existem muitos servidores com nível superior exercendo funções de nível médio. Esta oportunidade será dada a eles. O agente de portaria, mesmo, com segundo grau, poderá concorrer a agente administrativo. Temos muita vaga neste setor", complementou Arocha da Cunha.

2) Viabilizar a extensão de gratificação de produtividade aos procuradores e aos fiscais de tributos do DF. "Estamos com os projetos prontos, o Governador Lamaison já assinou a exposição de motivos para a Presidência da República e dependemos agora de cobertura financeira pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

3) Agilizar estudos sobre o atual sistema de avaliação de desempenho, com vistas à sua maior adequação à validade do DF. "Vamos implantar, tal como foi feito no Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, a avaliação para o funcionalismo de uma forma diferente. Este ano é provável que possamos dar uma contribuição ao DASP, para mudar essa forma de avaliar o homem no trabalho, que já está muito subjetiva, dependendo tão somente do chefe. O desempenho do homem não depende somente de sua vontade de trabalhar, mas da própria organização e do próprio chefe", diz o secretário de Administração.

4) Implantar o sistema de desenvolvimento de recursos humanos. "Existe uma lei, de número 6 297/75, que dá incentivos fiscais ao desenvolvimento de recursos humanos. Então nós queremos aproveitar esses incentivos, através do IDRH".

5) Uniformizar a política de pessoal do DF e rever os proventos do inativo com base na legislação pertinente. "Ano passado fizemos uma revisão de 1.600 processos de inativos. Este ano estamos com 3.500 processos para serem examinados".

ADMINISTRAÇÃO GERAL: Neste contexto, o programa de maior importância do GDF será, sem dúvida, a implementação do programa de desburocratização, iniciado no ano passado. Para ações imediatas estão previstas a extinção dos arquivos inúteis em todo o GDF, centralização das bibliotecas em uma só por prédio e simplificação de procedimentos administrativos de rotina. Neste último, talvez o grande projeto da Secretaria de Administração, que está contando, a nível de diplomacia, com as demais secretarias, para se começar a implantar, propriamente dita, o programa de desburocratização que começou ano passado no âmbito da própria Secretaria de Administração.

O programa este ano revelará muitas surpresas ao usuário, conforme deixou transparecer o secretário José Antônio Arocha da Cunha, que preferiu não adiantar quais serão as medidas a serem tomadas, uma vez que estas medidas estão sendo estudadas, ainda, com as demais secretarias.

Entretanto, alguma coisa já começou. A primeira medida do



Arocha da Cunha: Este é o ano da desburocratização do GDF

ano: concessão de perpetuidade de jazigos no cemitério Campo da Esperança. Por exemplo: Você tem um parente falecido enterrado lá e quer manter o lote onde a pessoa está alojada.

Antes, pagava-se uma taxa na Fundação das Pioneiras Sociais. De lá iria preparar um requerimento do próprio punho, com respaldo de um escritório de contabilidade, dava-se entrada no GDF, no protocolo, ia para a Secretaria de Serviços Públicos, daí entrava no departamento que dava a concessão, anotava-se alguns dados e devolvia-se o requerimento às Pioneiras Sociais. Lá, faziam as anotações que lhes competiam e devolviam novamente à Secretaria. Aqui, examinava-se o assunto e no final, concedia-se ou negava-se, através de uma portaria do Secretário de Serviços Públicos, publicado no Diário Oficial do DF.

Agora, ficou restrito a uma folha. Paga-se apenas uma taxa nas Pioneiras Sociais, a administração do cemitério orienta no preenchimento do formulário, o interessado vai à Secretaria de Serviços Públicos com o documento, eles fazem o extrato para publicação e pronto. Já sai com a concessão na mão. Antes gastava-se dois, três meses para obter a resposta.

BENEFÍCIOS: A Secretaria de Administração, dentro das ações imediatas a serem implantadas este ano, propõe-se a acelerar os programas "Instituto" (casa própria do funcionário) e "Assistência Médica", através do Conselho de Política de Pessoal - CPP. O programa Instituto, por exemplo, prevê na primeira etapa, a construção de 2500 casas para os funcionários. Ainda dentro do item "Benefícios" melhorar as condições ambientais de trabalho e bem-estar dos servidores.

"Em termos positivos poderia dizer o seguinte: Existe um pedido, de uma associação de classe do GDF, para fazer um clube campestre. Só estamos pensando se seria o caso de fazer este clube para uma classe ou se para todas as classes funcionais. Estamos analisando em conjunto com a Terracap, para darmos depois a palavra final.

Depende portanto de estudos. Mas, este ano, nós pretendemos contribuir para o bem-estar do servidor, tanto dentro de seu ambiente de trabalho, como fora de sua repartição".

PROCESSAMENTO DE DADOS: Mais uma vez o secretário afirma: "Este ano vai ser o ano do processamento de dados", outra área de grande importância para o Governo do Distrito Federal.

Há algum tempo estamos desenvolvendo trabalho em colaboração com a Secretaria de Governo e com o superintendente da Codeplan, no sentido de que nós transformássemos todo o trabalho da SEA em dados computabilizados. Pretendemos ter todas as fichas dos funcionários no computador. Queremos chegar num ponto que, se precisarmos de um engenheiro que tenha uma experiência em determinada área, nós solicitamos à Codeplan e ela nos diz de imediato quais os

elementos disponíveis que preencham os requisitos que nós exigimos.

O secretário diz que não será trabalho de um ano. Vai levar no mínimo quatro ou cinco anos para se conseguir fazer um trabalho dessa natureza em termos de processamento, mas este ano será dado início à implantação do sistema. O aperfeiçoamento virá, como explicou, nos próximos anos.

Essas medidas que nós vamos lançar agora, são voltadas para o público interno, para os nossos servidores. Mas ao mesmo tempo, elas não deixam de exercer influência no público externo, porque à medida em que resumimos nosso trabalho aqui dentro, o número de atividades, simplifica o processo de um modo geral. Então, vamos encontrar mais tempo para atuar nas soluções que dizem respeito aos usuários, comenta o secretário José Antônio Arocha da Cunha.

A Secretaria de Administração vai lançar cerca de doze formulários sobre assuntos de direitos e vantagens dos funcionários, em forma de pesquisa, que vai resolver em parte o problema.

Uma coisa é certa: vai simplificar 50 por cento as dificuldades, conforme assegurou o secretário. Como exemplo: na situação anterior tinha-se invariavelmente o envolvimento de 15 a 30 órgãos em média, demorando de um a cinco meses para resolver um problema de qualquer natureza. "Nós reduzimos isso e o que tem mais vai ter oito passos. Tem casos de três passos somente. Então vai se ter uma economia, tanto processual como de tempo. Fora o benefício direto para o funcionário que vai ter os direitos dele em tempo muito mais rápido. Direto nas secretarias", observa o secretário de Administração.

Ele acrescenta que tinha casos, anteriormente, em que era necessário ouvir de 10 a 15 autoridades, bastando ouvir duas.

Estamos atuando de uma forma diferente da área federal — diz o secretário — O professor Hélio Beltrão lançou os decretos de desburocratização, mas de cima para baixo. Estamos fazendo o contrário. É mais trabalhoso, portanto, porque além de lançar o projeto principal, temos depois que lançar portarias detalhando-o, isso a nível de execução. Mas a Secretaria terá aí um papel essencial que é o de atuar como facilitadora do processo de desburocratização.

Um outro ponto considerado importante pelo secretário. "Não sabemos o número exato de funcionários que trabalham no GDF, porque tudo ainda é feito aqui pelo sistema manual, o que dificulta demais o andamento do processo". Ele admite um número aproximado de 55 mil funcionários nas administrações direta e indireta, sendo que na direta, existem 18 mil. "A ideia então é transformar essa execução para processamento de dados e o objetivo é agilizar os procedimentos porque, à medida que isso acontece, tem até muito a ver com a desburocratização, já que vai simplificar para o usuário", comentou.

— Hoje nós estamos definindo programas com poucos dados à

mão. Quando falamos que este será o ano do processamento de dados da Secretaria, queremos dizer que, começaremos a nos preparar para estarmos de posse de dados que respondam, na hora, à definição de uma política por parte do sr. governador. O importante é que tenhamos na hora uma visão global de tudo, inclusive na parte de legislação", diz José Antônio Arocha da Cunha, adiantando que está sendo formado um convênio com o Prodasen (processamento de dados do Senado), que permitirá ao GDF ter em terminal, a ser instalado na SEA, toda a legislação federal às mãos. Assim, qualquer secretaria que desejar um documento, quiser saber quais as leis e decretos que existem sobre determinado assunto, a consulta é feita na hora e encaminhada à secretaria interessada, em cópia xerox.

AVALIAÇÃO DE 1979

— Acabamos de apresentar ao sr. Governador um relatório das atividades da Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal. Esse relatório refere-se às atividades sobre pessoal e administração geral. Foi criado no ano passado o Conselho de Política de Pessoal, com o objetivo de homogeneizar a política de pessoal do GDF e todo o complexo administrativo, inclusive, com as empresas e sociedades de economia mista e fundações. Havia uma defasagem muito grande entre a administração direta e a indireta — diz o secretário.

O CPP já conseguiu grandes passos em termos de sensibilização por parte das secretarias, de tal forma que este ano vai ser o ano em que realmente será uniformizada a política de governo, em termos de procedimentos. O concurso público é exigido hoje para todos, mas somente a administração direta é que o realiza. Toda pessoa que entrar numa empresa vinculada ao GDF vai participar de concursos.

E também quanto ao processo de promoção: na administração direta, de ano em ano há uma avaliação do desempenho do funcionário. "Queremos que isso seja estendido para todas as empresas, de tal forma que cada um saiba o caminho a seguir, profissional, digamos. Um engenheiro entra na empresa e daí começa a receber promoções de maneira que ele saiba até onde chegar dentro da empresa, o esforço que ele terá que desenvolver de aperfeiçoamento etc."

Outro aspecto importante: a implantação definitiva do plano de classificação de cargos. "Tudo que nós tínhamos que implantar e que ainda estava em defasagem foi implantado em 79. Hoje todos sabem que para se passar para um novo plano de ascensão, será possível somente se ele concorrer a futuras aberturas no plano. Para o quadro complementar o que se pensou? Numa aposentadoria voluntária em que ao se aposentar, passaria ao primeiro plano, na primeira classe. Com isso, o servidor vai ganhar mais, em casa. Esse foi um termo lavrado no final do ano passado.

Equiparação salarial de todas as

classes e categorias do funcionalismo do DF à esfera federal. "Hoje, todos estão ganhando exatamente como os funcionários da administração federal", diz José Antônio Arocha. Segundo ele, em alguns casos havia defasagem. Por exemplo, o nível de assessoramento superior era baixo. O GDF equiparou.

Progressão funcional — foi regulamentada, aplicada e equiparada à área federal, resultando, em certos casos, três promoções e em outros casos, uma que seria devida somente agora em 80, mas coube ao governador Lamaison concordar e apoiar essa equiparação de tal forma que retroagissem a 1977, conforme aconteceu no DASP.

Plano de classificação de cargos — implantação definitiva e início de sua dinamização.

Regulamentações efetivadas substituições de chefias, indenização de transporte ("Hoje temos os funcionários que trabalham na rua, recebendo uma indenização de transporte de Cr\$ 4.500,00, sendo agora reformulada com 56% de aumento a partir de 1º de março), órgãos de deliberação coletiva concessão de diárias, opção pelo regime de legislação trabalhista foram algumas das medidas incrementadas ano passado nesta área.

Outro aspecto muito importante também foi a atualização de gratificações: de produtividade para os fiscais de tributos que estavam bem defasadas da área federal. Já aprovadas pelo Governador Lamaison e em fase final de equiparação. A gratificação vai ser de até 100 por cento. Era de 40 por cento.

As gratificações pela representação de gabinete, que estavam congeladas desde 76, também foram atualizadas a nível federal. A gratificação de um motorista, por exemplo, passou de Cr\$ 800,00 para 2.009,00 e este ano vai para mais de Cr\$ 3 mil.

Tivemos também aprovado um parecer nosso sobre a contagem recíproca de tempo de serviço, passando o DF a tornar-se a única unidade da federação a ser equiparada à área federal. Em outros termos quer dizer que o funcionário que já tem tempo de serviço na empresa privada poderá somá-lo ao da empresa pública para efeito de aposentadoria.

Mais. "Criamos e estruturamos o Grupo Magistério que é uma luta antiga dos professores que estavam sendo relegados a um segundo plano. Demos uma atenção muito grande a esse aspecto. Conseguimos em 18 de dezembro a sanção do sr. Presidente, da República da definição da escala salarial do grupo magistério que é igual ao pessoal do nível superior.

Demos também muita atenção ao aposentado. Vários atos foram baixados com o intuito de promover substanciais aumentos em seus proventos. Tínhamos casos em que aposentados ganhavam abaixo do salário mínimo. Hoje, por determinação do Governador Lamaison nenhum aposentado recebe menos que o salário. Fizemos cerca de 1.600 revisões de processos para passarmos estes aposentados para o plano de classificação de cargos. E temos mais três mil processos esse ano para fazermos a equiparação.

Quanto aos débitos, outro assunto importante. O ressarcimento de grande percentual de débitos da gestão anterior, junto ao funcionalismo, também foi decidido e está se tratando de pagar esses débitos junto ao funcionário.

Foi criado o Programa Instituto visando a construção da casa própria para o funcionalismo, através da SHIS e com a importante colaboração da Secretaria de Serviços Sociais. Na primeira fase serão construídas 2.500 moradias. "Só neste programa, diz o secretário, tivemos 33 mil funcionários inscritos, só na pesquisa. De 28 de outubro a 31 de dezembro, quando foi criado o programa, tínhamos 29 mil inscritos com as taxas pagas, o que demonstra a confiança do funcionário neste programa.

Foi implantado o primeiro ambulatório de assistência médica na Secretaria de Segurança Pública e pretende-se agora dar continuidade a essa assistência.

Iniciado no ano passado, o Programa de Desburocratização conseguiu bons resultados no ano de sua implantação. Foi reduzido em torno de 40 por cento os processos que tramitam nas repartições do DF, com uma economia de, aproximadamente, 60 mil processos anuais.